

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 2.ª EDIÇÃO.....	5
--------------------------------	---

TÍTULO I NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

1	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	13
1.1	Colocação do tema.....	13
1.2	Desenvolvimento	17
2	EVOLUÇÃO HISTÓRICA	20
2.1	Antiguidade.....	20
2.2	Direito romano.....	24
2.3	Idade Média.....	28
2.4	Idade Moderna	31
2.5	Direito brasileiro	34
2.5.1	Fase pré-codificada	34
2.5.2	Código Civil de 1916.....	36
2.5.3	Legislação menorista.....	38
2.5.4	O Estatuto da Criança e do Adolescente.....	39
2.5.5	Código Civil de 2002.....	42
2.5.6	Projeto de Lei 6.222-A/2005	46
3	BREVE VISÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO	49
3.1	Advertência prévia	49
3.2	Direito francês.....	50
3.3	Direito português	53
3.4	Direito italiano	55
3.5	Direito espanhol.....	57
3.6	Direito argentino	59
3.7	Direito chileno	62

3.8	Direito inglês.....	64
3.9	Direito norte-americano.....	66

TÍTULO II

ESTRUTURA DO REGIME JURÍDICO DA ADOÇÃO

1	CONCEITO, NATUREZA E REGIME JURÍDICO DA ADOÇÃO..	69
1.1	Conceito de adoção.....	69
1.2	Natureza jurídica.....	75
1.3	Regime jurídico.....	78
2	REQUISITOS PESSOAIS	80
2.1	Introdução.....	80
2.2	Requisitos quanto ao adotante	81
2.2.1	Capacidade.....	81
2.2.2	Idade	83
2.2.3	Diferença de idade.....	86
2.2.4	Proibições.....	89
2.2.5	Pessoas jurídicas	96
2.2.6	Restrições temporárias	97
2.3	Requisitos quanto ao adotado	99
2.3.1	Capacidade.....	99
2.3.2	Idade	106
2.3.3	Diferença de idade e proibições	107
2.4	Adoção singular e conjunta	107
2.4.1	Idéias gerais.....	107
2.4.2	Adoção singular	109
2.4.3	Adoção conjunta	115
2.4.4	Adoção póstuma	120
2.4.5	Adoção por casais homoafetivos.....	122
2.4.6	Adoção <i>intuitu personae</i>	137
2.4.7	Adoção “à brasileira”.....	139
2.4.8	Adoção tardia	143

3	REQUISITOS FORMAIS	146
3.1	Noções gerais	146
3.2	Credenciamento	149
3.2.1	Nacionais e estrangeiros residentes e domiciliados no País	149
3.2.1.1	Procedimento de habilitação	155
3.2.2	Estrangeiros residentes ou domiciliados fora do País ...	156
3.2.2.1	Breve retrospectiva	156
3.2.2.2	Notas à adoção internacional	158
3.2.2.3	Restrições aos estrangeiros residentes ou domiciliados fora do País	161
3.2.2.4	Procedimento de habilitação	174
3.3	Hipóteses de dispensa prévia de habilitação	186
3.4	Intervenção jurisdicional	187
3.4.1	Prévia consideração	187
3.4.2	O procedimento adotivo	188
3.4.2.1	O pedido de adoção	188
3.4.2.2	Sobre o consentimento dos pais ou do representante legal do adotando	191
3.4.2.3	Sobre o consentimento do adotando	196
3.4.2.4	Estágio de convivência	197
3.4.2.5	Das crianças e adolescentes indígenas ou provenientes de comunidade remanescente de quilombo	200
3.4.2.6	O Ministério Público	201
3.4.2.7	Forma de constituição do vínculo adotivo	203
3.4.2.8	Recursos	210
3.5	Perfil dos requerentes e das crianças e adolescentes integrantes do Cadastro no Estado de São Paulo	211

TÍTULO III

EFEITOS DA ADOÇÃO

1	EFEITOS PESSOAIS	219
1.1	A ruptura dos vínculos jurídicos entre o adotado e a sua família anterior	219

1.2	Poder familiar.....	226
1.2.1	O procedimento de decretação da perda e suspensão do poder familiar	237
1.3	O nome do adotado.....	240
1.4	Impedimentos matrimoniais.....	246
1.5	Aquisição da nacionalidade.....	252
2	EFEITOS PATRIMONIAIS	258
2.1	Direito a alimentos.....	258
2.2	Direitos sucessórios.....	263
2.3	Administração dos bens do adotado	266
2.4	Responsabilidade civil.....	271

TÍTULO IV

INEFICÁCIA E CESSAÇÃO DA RELAÇÃO ADOTIVA

1	NOÇÕES GERAIS	275
1.1	Os princípios da irrevogabilidade e da irretroatividade.....	275
2	VÍCIOS NA FORMAÇÃO DO VÍNCULO DA ADOÇÃO	283
2.1	Inexistência.....	283
2.2	Anulação	286
2.3	Efeitos	288
	CONCLUSÕES GERAIS.....	291
	ANEXOS I	301
	ANEXOS II.....	331